REQUERIMENTO Nº 21/2021

Senhora Presidente,

O Vereador infra-assinado, na forma regimental e consultado o Plenário, requer a Vossa Excelência que seja enviado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ofício encaminhando o presente Requerimento que solicita à Procuradoria do Município que informe a esta Casa, sobre a possibilidade de se realizar um estudo de referência relativo à quantidade de processos que tramitam na Justiça do Trabalho, onde o Município de Lagoa da Prata é réu na ação, bem como a viabilidade de se fornecer uma estimativa das custas processuais, possibilitando o cálculo médio do impacto dessas demandas aos cofres públicos.

JUSTIFICATIVA:

Apresento este Requerimento considerando os fatos que foram relatados a mim por munícipes de Lagoa da Prata, a respeito da atual demanda de processos trabalhistas que tramitam em desfavor do município.

Diante os fatos mencionados, cabe ainda salientar que é de meu conhecimento que por adotar o regime celetista, os servidores e empregados públicos municipais de Lagoa da Prata dependem da Justiça Trabalhista para o ingresso de ações, tendo este, competência para julgá-las de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT).

É inegável que ao depender do Poder Judiciário para a resolução dessas questões demanda um custo muitas vezes alto, uma vez que o Direito Trabalhista, por se tratar de uma parte especial que incumbe igualar os direitos e garantias do empregado e empregador, é necessário uma maior celeridade na tramitação, o que muita das vezes torna-se um prejuízo para o Poder Público Municipal, tendo em vista as inúmeras outras delegações importantes a que este é responsável.

Ademais, visando salvaguardar as garantias dos servidores públicos municipais imposta por Leis Consolidadas, e ainda sim, pensar em um modo de reduzir possíveis transtornos e prejuízos aos cofres públicos, eu, na condição de Vereador, solicito este relatório com a quantidade de processos em que o Município figura como réu, acompanhado da seguinte informação: se atualmente o sistema conta com algum procedimento de mediação ou arbitragem de forma extrajudicial no intuito de negociar de forma legal um acordo mutuamente satisfatório, reduzindo assim esses gastos processuais.

Noutro giro, essas questões abordadas tornam-se relevantes uma vez que, ao observar essa estimativa que será apontada, possibilitará ao Poder Legislativo realizar uma análise sobre as alternativas para a resolução dessa problemática, norteando os parlamentares ao estudo desse levantamento, procurando assim evitar transtornos e prejuízos ao erário, bem como aplicar de forma prática os meios alternativos extrajudiciais impostos e apresentados pela Nova Reforma Trabalhista.

Por fim, levando em consideração os fatos abordados, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste Requerimento.

Sala das sessões, 25 de janeiro de 2021.

SARGENTO WASHINGTON
Vereador do AVANTE